

DOSSIÊ MARXISMO, LUTA ARMADA E REVOLUÇÃO

A POLOP e a crítica das armas (1962-1967)

Eurelino Coelho¹

Mescla ou luta política

A história da sinuosa relação da ORM-POLOP² com a luta armada envolve mais do que a identificação do teor das resoluções que foram assumidas pela organização. O tema da luta armada esteve presente no debate sobre estratégia da esquerda marxista brasileira desde antes de 1964. A rigor, a questão sempre esteve posta como um dos pontos quentes das polêmicas entre marxistas no plano internacional, agudizando-se após a Segunda Guerra e nas zonas do mundo em que a luta anti-imperialista ocupou o primeiro plano. A bandeira da “paz”, sob a qual a diplomacia soviética se movimentou durante a Guerra Fria, não tremulou em segurança nas mãos de comunistas alinhados a Moscou quando, na periferia do mundo, as armas de fogo falaram mais alto. Sempre que isso aconteceu, fosse na China ou em Cuba, nas libertações nacionais africanas ou no extremo oriente, as linhas políticas ortodoxas do stalinismo foram tensionadas pela práxis revolucionária e, em muitos casos, tiveram que fazer concessões, o que não impediu que aparecessem formas variadas de dissidências nascidas das frentes de combate.

Tais dissidências não só reivindicavam seu perfilhamento à tradição marxista como, em certos casos, disputavam contra os ortodoxos o reconhecimento de suas posições como aquelas que preservavam a essência revolucionária do marxismo, sem ceder ao reformismo ou à traição de classe. Não raro, produziram eco entre grupos específicos de militantes e intelectuais marxistas nos países centrais e, também por isso, conseguiram se expandir com relativo êxito para países em que a discussão sobre a estratégia da revolução estava aberta. O maoísmo e o foquismo foram as mais influentes variantes desse marxismo dissidente.

Por seu turno o PCB, a maior, mais influente e mais longeva organização marxista do século XX no Brasil, também formulou de diferentes maneiras, ao longo de sua trajetória, suas posições a respeito da necessidade (ou não), do caráter e da oportunidade da luta armada na revolução brasileira.³ Em 1961, quando a POLOP começou a existir de modo organizado, a posição oficial do PCB havia sido estabelecida na Declaração de Março, de 1958, e admitia a “*possibilidade real de*

¹ Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, coordenador do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais).

² Após seu IV Congresso (1967) a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária passaria por sucessivas cisões e recomposições mas não voltaria a adotar a primeira parte de seu nome (ORM). Neste texto, o termo POLOP se referirá somente a esta primeira fase da história daquela organização.

³ Dentre muitos trabalhos vale destacar SENA Júnior, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo, Anablume, 2009; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2009; MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.

conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal” no Brasil.⁴

Nesta encruzilhada se colocava a POLOP. Nascida em franca e radical divergência com a linha política do PCB, teve de enfrentar, em pouco tempo, o tema da luta armada tal como passava a ser formulado no Brasil a partir da influência da vitória guerrilheira em Cuba. Uma organização que sempre havia questionado a teoria pecebista de revolução burguesa no Brasil, inclusive a “via pacífica”, achou-se desafiada por concepções que, partindo de premissas que pareciam semelhantes às suas, orientavam-se para o chamado urgente à luta guerrilheira como eixo da estratégia da revolução.

Existem, de fato, pontos de contato entre a estratégia da POLOP e a perspectiva defendida pelo “Che”, que negava a mentalidade etapista consolidada pela 3ª Internacional e via como indissociáveis as lutas anti-imperialista e pelo socialismo:

O elemento fundamental deste objetivo estratégico será então a libertação real dos povos, libertação que se produzirá através da luta armada na maioria dos casos e que assumirá inelutavelmente na América a característica de uma revolução socialista.⁵

Ainda mais quando ela vinha ancorada numa avaliação crítica do papel das burguesias, que o PCB considerava como aliadas na frente única anti-imperialista: *“...as burguesias nacionais não têm mais capacidade alguma de opor-se ao imperialismo – se alguma vez a tiveram – e formam agora o seu quintal. Não há outras mudanças a fazer: ou revolução socialista ou caricatura de revolução.”*⁶

A frase grifada acima aparece em muitos documentos da própria POLOP, inclusive no quarto texto da série intitulada *Aonde vamos?*, redigido por Érico Sachs no mesmo ano de 1967. É uma evidência de afinidade entre as concepções de revolução e as respectivas estratégias. Significa também que Sachs, que para alguns ex-militantes e pesquisadores teria sido o mais importante teórico da POLOP, observava com atenção os passos do Che. Mas não significa que esta proximidade com as posições guevaristas ou da OLAS⁷ tenha existido apenas como uma “tentativa” mal sucedida de “mesclar duas estratégias revolucionárias”, a insurreição de massas e o foco guerrilheiro, como propõe Jean Rodrigues Sales.⁸ Antes de Sales foi Jacob Gorender que se referiu à teoria do foco guerrilheiro tal como formulada

⁴ PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil (Declaração de Março). In: NOGUEIRA, Marco, Aurélio (org.) *PCB: vinte anos de política – documentos (1958-1979)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 22. As linhas da Declaração de Março foram reiteradas pela Resolução do V Congresso do PCB, de 1960.

⁵ GUEVARA, Che. Criar dois, três, inúmeros Vietnams, eis a palavra de ordem. In: GUEVARA, Che. *Revolução Cubana*. São Paulo, Ed. Populares, 1980, p. 107.

⁶ Idem, p. 102, grifo meu.

⁷ Cf. OLAS. *Primera conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad*. Havana, 1967.

⁸ SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a Revolução Cubana nos Anos 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia (48): 313-334, jan./jun. 2013.

pela POLOP na segunda metade dos anos 60 como “mescla incoerente”,⁹ mas o julgamento é muito apressado. As convergências entre o pensamento revolucionário desenvolvido na POLOP desde sua origem e o pensamento de Guevara eram reais, como eram igualmente reais as diferenças. Mais do que uma tentativa de combinação calculada de estratégias distintas, estamos diante de uma polêmica que se desenvolveu por alguns anos como luta política interna e externa e que trouxe consequências muito sérias para a organização. Essa é a história que se desenrola no subsolo e que formata o terreno em que as resoluções são aprovadas pelas instâncias dirigentes.

Amarildo Vieira raciocina em termos semelhantes aos de Jean Sales, embora extraia conclusões opostas. Para ele a POLOP “*procurou equacionar as divergências entre as vertentes envolvidas na polêmica*” a respeito da forma da luta armada, se foco guerrilheiro ou insurreição de massas. Esta polêmica, no entanto, não teria afetado o papel reservado ao partido na estratégia revolucionária. A POLOP, no “*intuito de encontrar uma alternativa para a controvérsia, conciliou as duas formas de luta, porém reservando ao partido e ao operariado o papel determinante na condução do processo revolucionário socialista*”.¹⁰ Não era essa a leitura feita, na época, por grupos que travaram a luta interna contra a direção da organização.

Como Sales e Vieira reconhecem, as divergências a respeito da luta armada foram causadoras das mais importantes cisões sofridas pela POLOP, por ocasião do IV Congresso, no mês de setembro daquele mesmo ano de 1967. Um documento escrito por militantes que romperam com a organização revela o teor das diferenças e uma das mais importantes é a resoluta adesão do grupo à guerrilha rural como estratégia da revolução, enquanto a direção permaneceria hesitante. Eram enfáticos ao afirmar, ao final do texto, que subscreviam “*a declaração da OLAS – ignorada pela direção da POLOP e impedida de ser discutida, sob pretextos pueris e oportunistas (...) – e nos comprometemos a levá-la à prática.*”¹¹ Para aqueles militantes não havia qualquer indício de assimilação, ainda que parcial, das teses da OLAS, que eles defendiam, às diretrizes estratégicas da POLOP e era por isso que decidiam romper.

Sales e Vieira têm razão, porém, ao perceberem que a POLOP não ficou indiferente à atração exercida pelo que passou a ser denominado “foquismo”. Veremos, examinando alguns documentos, como a discussão travada em seu interior confirma essa percepção, embora não endosse, necessariamente, sua interpretação de que a mescla ou conciliação fossem expressão da concepção da organização vista como um todo. Algumas críticas e reservas formuladas desde a origem da POLOP se mantiveram, algumas aproximações foram ensaiadas, novas críticas foram formuladas e, não menos importante, cada passo na apreciação do problema da luta armada foi tensionado pela correlação de forças em movimento no interior da organização.

⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo, Ática, 1990, p. 128.

¹⁰ VIEIRA, Amarildo Aparecido. *Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2015.

¹¹ Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967, mimeo, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

Entre a insurreição e a guerrilha

Em janeiro de 1962 circulou, no primeiro número do Jornal *Política Operária*, o documento *O Nome e o Programa*, síntese inicial das bases programáticas da jovem POLOP. A vitória dos guerrilheiros em Cuba, assim como as revoluções russa e chinesa eram tratadas como experiências que comprovavam a viabilidade da revolução em países menos desenvolvidos, como o Brasil, e precisariam ser estudadas, mas de modo algum poderiam ser tomadas como “um convite à imitação. (...) Os exemplos ensinam, mas não poupam trabalho. O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador.”¹²

Três meses depois, no segundo número, em letras garrafais se anunciava nas páginas centrais (com direito a manchete na capa) a transcrição parcial de um discurso de Fidel Castro com uma das frases então proferidas pelo líder cubano: “A revolução anti-imperialista e socialista tem de ser uma só”.¹³ Os editores destacavam que o mesmo Fidel que, meses antes, havia definido como socialista a Revolução Cubana e se declarado como marxista-leninista, ia agora ainda “mais longe e define o Estado cubano como ditadura do proletariado apontando a classe operária como esteio fundamental da revolução”.¹⁴ Havia, porém, críticas à recepção da experiência cubana como modelo. No mesmo número do jornal circulava uma resenha do livro de Che Guevara recém publicado no Brasil, *Guerra de Guerrilhas*, com ressalvas quanto à generalização da guerrilha como método. Isso porque, por um lado, a vitória em Cuba havia eliminado o ineditismo da estratégia, o fator surpresa: os inimigos ficaram, desde então, em estado de alerta. Por outro lado, em países com desenvolvimento industrial significativo e burguesia mais forte, a “guerrilha como arma revolucionária não pode ter a mesma importância que teve em Cuba”. Em tais países a luta de classes

encontrará seu clímax nos centros de produção das cidades, nos pontos-chaves do potencial econômico do país (...). A guerrilha não pode, pois, ter a mesma importância em tais circunstâncias porque nos países mais industrializados não se pode cogitar de ganhar uma luta de tal envergadura com um punhado de homens armados (...) à margem das grandes massas. São justamente essas massas e somente elas as capazes de enfrentar e vencer a reação interna e a contra-revolução externa.¹⁵

A guerrilha no Brasil “não pode ter a mesma importância...” e por isso não seria o núcleo da estratégia revolucionária, como foi em Cuba. Mas ela poderia ter uma função tática? Qual? A questão não chega a ser formulada em 1962. Criticado, sim, foi o “aventureirismo” das tentativas de desenvolver no Brasil experiências de guerrilha concebidas e executadas a partir de análises consideradas pela POLOP como insuficientes e sem lastro objetivo, que viam a situação nacional de 1962 e 1963 como revolucionária, um erro considerado grave. Era o caso de Francisco Julião e seus companheiros que “desviavam quadros e recursos das tarefas básicas colocadas

¹² O Nome e o Programa. *Política Operária*, n.1. Rio de Janeiro, janeiro de 1962, p. 2.

¹³ A Revolução Antiimperialista e Socialista tem de ser uma só. *Política Operária*, n. 2, Rio de Janeiro, abril de 1962, p. 6-7.

¹⁴ Idem, p. 6.

¹⁵ A Propósito da Guerra de Guerrilhas. *Política Operária*, n. 2, Rio de Janeiro, abril de 1962, p. 11.

*pelo momento – a propaganda e a organização revolucionárias – e se lançavam a fantásticos projetos, cujo fracasso iria comprometer gravemente as esquerdas.”*¹⁶

Se a guerrilha rural era vista com reservas, a proposta de um *Governo Revolucionário e Democrático dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*, elo central da estratégia da POLOP desde o início dos anos 60, reabria por outro ângulo o problema da luta armada. O assunto era urgente para a organização, que fazia soar o alarme em janeiro de 1964: um ponto crítico da luta de classes, agora sim, seria alcançado dentro de muito pouco tempo. A ampla mobilização pelas reformas, crescente no governo Jango, estreitava as margens de manobra da burguesia no poder. Apesar das ilusões do PCB, aquelas seriam reformas que não poderiam ser feitas pela burguesia porque *“implicariam, necessariamente, a supressão do latifúndio e a expulsão do imperialismo, e ela depende destas duas forças para conservar sua posição de classe dominante.”*¹⁷ Pressionada pelo movimento popular contra seus limites estruturais a burguesia tenderia, antes, a liquidar o regime democrático em vigor: *“o desejo da burguesia de reprimir o movimento operário torna cada vez mais necessária, para essa classe, a instauração de uma ditadura.”*¹⁸

Naquele início de 1964, percebendo que *“a burguesia marcha inevitavelmente para o golpe e a ditadura”*, a POLOP chamava os trabalhadores da cidade e do campo para a construção de um *“governo revolucionário, apoiado em milícias operárias e camponesas e em comandos de sargentos, cabos e soldados – isto é, no povo em armas.”* Governo revolucionário e povo em armas, mas nenhuma menção à guerrilha. Há algo mais a ser destacado, porque contraria certo consenso recentemente engrossado em torno da tese de que as esquerdas nos anos 60, ao perseguirem a revolução, desvalorizavam a democracia. Ao contrário, para a POLOP a defesa de democracia e o prosseguimento das reformas exigia a revolução:

A superação da crise brasileira, a realização das reformas de estrutura, a defesa e a ampliação da democracia encontram-se hoje nas mãos da classe operária, e ela só pode cumprir essa tarefa de uma maneira: fazendo a sua revolução e implantando no país um governo popular, um governo dos trabalhadores.¹⁹

Mesmo a democracia burguesa, com todos os seus limites, era defendida pela POLOP como *“o terreno melhor para a organização da classe operária. (...) De nosso lado devemos defendê-la até o fim, inclusive porque a defesa dos direitos democráticos faz parte da educação dos trabalhadores.”* Ela seria o *“terreno de onde podemos partir para a conquista da democracia socialista”*.²⁰

As agitações de soldados, sargentos e marinheiros nos primeiros anos 60 vinham sendo observadas com atenção pela POLOP. Rui Mauro Marini, em artigo de 1964, aponta para o que seriam qualidades políticas novas no movimento dos

¹⁶ As esquerdas e a crise do sistema. *Política Operária*, n. 6, Rio de Janeiro, 1963, p. 31. Trata-se de um dos textos aprovados como resolução no II Congresso da ORM-POLOP.

¹⁷ Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo. *Política Operária*, n. 8, São Paulo, 15 a 21 de janeiro de 1964, p. 4.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

sargentos pelo direito ao voto, que rompiam com o padrão de pressionar de fora o governo pelo direito ao voto. Ao pegarem em armas eles “*colocaram em questão a própria legitimidade do poder que os excluiu da participação política – o que implicava em abrir as portas para a instituição de um novo poder.*”²¹ A resposta da cúpula do poder burguês ao movimento atribuía a insubordinação da tropa à atuação do movimento sindical, especialmente o CGT.²² Marini interpretou essas reações como confirmação de que a burguesia percebera que “*a ampliação do processo de radicalização política no interior das Forças Armadas teria, como consequência, proporcionar uma cobertura armada à classe operária.*” O temor provinha da certeza de que, no caso de unirem-se ao movimento operário, os sargentos “*se converteriam no braço armado de uma revolução que não deixaria pedra sobre pedra da dominação burguesa no Brasil.*”²³

Consciente de sua pequena influência sobre os trabalhadores e militares que se mobilizavam, a POLOP propunha a todas as forças políticas atuantes naqueles movimentos a criação de uma *Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*, uma articulação voltada para a defesa da democracia e das reformas e capaz de dirigir a classe trabalhadora (inclusive seus segmentos armados) no enfrentamento à reação que se avizinhava. A proposta de Frente Única foi lançada já no primeiro número do jornal *Política Operária*, em janeiro de 1962, com destaque na capa, e reiterada em diversas outras ocasiões.²⁴ A proposta chegou a receber respostas simpáticas de políticos identificados como a “esquerda do trabalhismo”, como os deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães,²⁵ mas foi recusada pelo PCB que considerava imprescindível contar com os setores nacionalistas da burguesia para as tarefas antiimperialistas. A resposta negativa do PCB veio em artigo assinado por Marco Antônio Coelho no órgão oficial do partido, cujo título já expressava o teor da divergência: *Frente das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática?*²⁶

A frente não prosperou. O golpe de Estado que a POLOP previu veio em abril de 1964 sem que a resistência da parte dos trabalhadores fosse capaz de impedir ou mesmo ameaçar sua vitória. Daí por diante, é claro, alteravam-se radicalmente as condições de luta e as opções de ação armada foram retomadas em outro patamar. Ainda em 1964 alguns militantes da POLOP foram presos por se envolverem na preparação de ações armadas no episódio que ficou sendo chamado de “foco de Copacabana”, por ficar naquele bairro carioca o apartamento em que foram feitas prisões e apreendido material clandestino. Segundo Eder Sader, partira da direção no imediato pós-golpe o esforço de “organizar as bases para um foco guerrilheiro”, projeto que seria retomado em 1965 e definido como “*um foco guerrilheiro como*

²¹ MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço da luta de classes. *Política Operária*, n. 8, São Paulo, 15 a 21 de janeiro de 1964, p. 3.

²² Comando Geral dos Trabalhadores, organização intersindical criada em 1962.

²³ MARINI, O movimento... op. cit, p. 3.

²⁴ Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. *Política Operária*, n.1, Rio de Janeiro, 1962, p. 1.

²⁵ São informações que constam no artigo Frente Única – Frente de Classe, publicada no n. 2 de *Política Operária*.

²⁶ *Novos Rumos*, n. 156, Rio de Janeiro, 2 a 8 de fevereiro de 1962, p. 4.

catalizador [sic] *para uma luta insurrecional*”.²⁷ Não dispomos de informações suficientes sobre a POLOP no imediato pós-golpe, inclusive sobre o “foco de Copacabana”, mas é possível reconstruir parcialmente o debate interno que antecedeu o momento em que a tese do “foco catalisador” seria oficialmente formulada, dois anos depois.

Mesmo com as dificuldades que quase suprimiram a vida interna da organização nos meses subsequentes ao golpe, inclusive queda de aparelhos, prisões e tortura de militantes, há registros de que a discussão sobre como enfrentar a ditadura, incluindo as alternativas armadas, não desapareceu por completo. Em abril de 1965 circulou o *Manifesto-Programa* com uma convocatória a “todos os revolucionários do Brasil” pela unidade no enfrentamento à ditadura e com os eixos políticos a partir dos quais a POLOP propunha aquela unidade. Recusando apoio à “farsa democrática” com que “setores liberais da burguesia, contando com a simpatia da classe média” tentam liderar a luta contra a ditadura, o texto aponta outro caminho: ao proletariado e às massas exploradas cabe “engajar-se na luta insurrecional, que fará saltar pelos ares a estrutura de dominação e privilégios que os esmaga e criará o instrumento capaz de efetivar suas reivindicações”. Este instrumento “nascido da insurreição e sustentado pela força armada dos trabalhadores da cidade e do campo [é o] o Governo Revolucionário dos Trabalhadores”.²⁸

Para construir seu governo revolucionário seria preciso, além do trabalho legal e clandestino de massas, iniciar a ação conspirativa de preparação da luta armada. E a

luta de guerrilhas, que se inicia com as reduzidas forças de uma vanguarda combatente e que se fortalece enquanto se identifica com as reivindicações da massa e enfraquece o poder militar das classes dominantes é o método revolucionário capaz de iniciar a destruição do poder político consagrado em abril.²⁹

Pensada como “*polarizador e centelha da revolução*”, a guerrilha teria de ser compreendida “*dentro de um trabalho específico de massa, mostrando-se como consequência e solução natural deste*”. A luta armada será a continuação da luta política pois “*no Brasil de hoje a luta política não terá sentido, para os trabalhadores, se não conduzir à luta armada*”.³⁰ O partido de vanguarda, fator indispensável para que “*o proletariado desempenhe seu papel no processo da revolução, liderando as massas exploradas*” teria de surgir não pela união formal entre organizações já existentes, mas “*em decorrência da própria luta diária das massas, que forja na prática a unidade revolucionária da vanguarda*”.³¹ A teoria do *foco catalisador* engatinhava.

²⁷ VILLA, Raul. Para um balanço da P.O. *Brasil Socialista*, Ano II, n. 7, outubro de 1976, p. 12. Raul Villa era o codinome de Eder Sader.

²⁸ Manifesto-Programa. 1965. UEFS/AVM/LABELU, p. 3-4.

²⁹ Idem, ibidem, p. 4.

³⁰ Idem, p. 5.

³¹ Idem, p. 5.

Entre 1965 e 1966, entretanto, o tema foi tratado em alguns outros textos que circularam pela POLOP, dos quais dois eram propostas anônimas de “resolução não aprovada”. Uma vez que aprovar ou não resoluções é tarefa das instâncias dirigentes, a existência de tais documentos indica que, ao menos para quem os elaborou, havia a expectativa de que aquelas instâncias estavam em condições de exercer suas funções, ou seja, a organização mantinha algum nível de vida interna. Mesmo não aprovados, são oriundos de posições que faziam parte do debate interno e, portanto, revelam pontos em torno dos quais aquele debate era travado.

Um dos documentos é bem curto (uma página apenas) e, como se fosse um esboço, aborda de modo apenas superficial as inúmeras questões que enuncia. Ele parte da premissa de que, em face da ditadura, seriam inevitáveis a insurreição e a guerra civil, cabendo à organização preparar, nas cidades, “tropas de choque” para dirigir as lutas de rua. Elas seriam os “*germes das futuras milícias operárias*”³² previstos em documentos anteriores que viam as cidades como espaço decisivo da luta revolucionária, inclusive armada. A execução da tarefa significava preparar a militância para atuar como monitores na instrução sobre “a) técnicas de contra-repressão policial; b) manejo de armas; c) fabricação e uso de bombas caseiras; d) defesa pessoal”³³ e eram mencionadas medidas práticas de preparação e proteção para as ações armadas. Sobre guerrilha, uma única menção: caberia à direção da organização a preparação das “guerrilhas rural e urbana”, que, como as medidas citadas, também não eram detalhadas.

Outro documento, tão pequeno quanto o anterior, se ocupa menos de questões práticas e dá mais espaço à fundamentação da proposta de luta armada. O potencial estratégico das forças revolucionárias seria o “*grande exército de trabalhadores da cidade e do campo*”, que tende a mobilizar-se em defesa de seus salários que serão desvalorizados. Em tais condições, a tarefa dos revolucionários era garantir que o grupo armado “*faça parte de uma poderosa organização que, unida à luta de massas, mostre, aí onde essa luta se dê, a ligação entre os destinos dela e os destinos da luta armada.*”³⁴ Assumido o “peso específico” do operariado na sociedade brasileira e seu “papel hegemônico” na luta, a tarefa dos revolucionários para ligar ações de massas com a luta armada envolve “*guiar e armar os operários contra a repressão policial, saber dirigir os choques parciais espontâneos no sentido de verdadeiros levantes contra a ditadura*”, tarefas a serem cumpridas pelas “*tropas de choque (que chegarão às milícias operárias).*”³⁵

Neste documento o papel da guerrilha, já tratada como “foco”, é esclarecido de modo um pouco mais extenso. Constatar que “*classe operária e o campesinato, desarmados presentemente e sem um centro diretor, enfrentam um inimigo armado e resolutivo, é o que nos leva à preparação de um foco guerrilheiro.*” Composta por forças inicialmente pequenas “*que crescem enfraquecendo as forças de repressão e*

³² Resolução sobre estratégia. (Projeto de resolução não aprovado). Data provável 1965 ou 66, UNESP/CEDEM.

³³ Idem.

³⁴ Problemas da luta armada na revolução brasileira (Projeto de resolução não aprovado). 1965, UNESP/CEDEM.

³⁵ Idem.

transformando-se na vanguarda combatente de todas as classes exploradas”³⁶, a guerrilha passava a ter um papel no esquema da POLOP, ao menos para os signatários daquele documento. Abandonada pela “velha direção” da luta de massas, que capitulou, a preparação para a luta armada se tornava uma exigência “fundamental” para a nova direção daquelas lutas.

Um terceiro documento, também anônimo mas com maior extensão e densidade, circulou no final de 1965 e discutia o papel da organização na luta de massas, numa perspectiva que traçava no horizonte a “insurreição popular”.³⁷ Ele chega a mencionar a luta armada, que não é, afinal, seu objeto, mas não faz qualquer alusão à guerrilha. Escrito com a intenção deliberada de contribuir para a organização superar sua fase inicial, “*propagandística, para outra na qual já são colocadas mais decisivamente responsabilidades de liderança e direção*” o texto começa por fazer um balanço das lutas de massas antes do golpe de 64 enfatizando o dano causado pela ausência de um “verdadeiro partido revolucionário”. O crescimento da mobilização de massas na cidade e no campo se autolimitou por não ter sido formulado o “*objetivo final que deveria nortear e dar sentido a tudo isso: a luta mesma pelo poder.*”³⁸

Após o golpe, a despeito do recuo do movimento de massas, repunha-se a necessidade de uma “*vanguarda revolucionária capaz de lhe oferecer uma perspectiva política própria e dar consequência às lutas operárias.*” Mas as barreiras repressivas do “regime de abril” agora eram obstáculos a qualquer retomada do movimento de massas, o que exigia dar fim às “ilusões pacifistas” do PCB. Daí que as

tarefas da vanguarda revolucionária ligam-se à coordenação da luta legal colocando-a na trajetória da insurreição. Para isso é preciso, de um lado, que a organização esteja preparada para a ação armada, de outro que ela faça crescer na massa a experiência de lutas contra o governo e da necessidade de enfrenta-lo pelas armas.³⁹

A insurreição era a meta, mas os objetivos imediatos da organização frente ao movimento eram determinados pela prioridade da “*luta democrática, aquela que permite um avanço imediato do grau de organização e mobilização da massa*”. A proposta para viabilizar este objetivo era a constituição de uma “*frente democrática popular, que lute pela revogação dos AIs, pelo voto universal e direto, pelo livre registro de partidos e candidatos para as camadas populares, pela liberdade de expressão...*” etc. Uma frente que se faria “não excluindo os aliados pequeno-burgueses” e suficientemente ampla para englobar “*PSB, PTB, Brizolistas em geral, PCB, AP, vários políticos populistas, etc.*”⁴⁰ Na prática, a única “preparação” concreta para ações armadas indicada pelo documento era procurar “*grupos da esquerda revolucionária para propor a constituição de organismos de auto-defesa*

³⁶ Idem.

³⁷ Nossas tarefas diante do movimento de massas. 1965, UNESP/CEDEM, p. 1. A cópia preservada no CEDEM tem uma anotação a caneta com o ano de 1965 e, como há no texto menção à decretação do AI-2, sabemos que é posterior a 27 de outubro.

³⁸ Idem, p. 2.

³⁹ Idem, p. 5.

⁴⁰ Idem, p. 6.

*para as lutas de massa e de frentes de defesa das posições revolucionárias nas lutas diárias.”*⁴¹

Tomados em conjunto, o *Manifesto-Programa* e os três documentos anônimos de 1965/1966 permitem visualizar as divergências que pareciam crescer na POLOP a respeito de como enfrentar o regime militar e sobre qual o caráter, o nível de prioridade e a forma das ações armadas a serem preparadas. A luta armada poderia ser vista como prática reorganizadora da vanguarda e instrumento privilegiado de interlocução com o movimento de massas ou poderia figurar só como horizonte da estratégia revolucionária, sem função prática de maior envergadura; poderia ser tomada como prioridade e urgência ou ser concebida como variável política dependente da evolução da luta de massas; poderia ser pensada na forma de guerrilha ou até mesmo de foco guerrilheiro, que atuaria no campo e/ou na cidade, na forma de “tropas de choque” que fossem embriões de “milícias operárias” ou ainda na forma mais genérica de “insurreição popular” que faria uso das armas de algum modo não especificado. As posições internas foram se distribuindo em torno desses eixos entrecruzados e as diferenças entre elas só aumentavam.

Enquanto isso cresciam as cobranças ao núcleo dirigente nacional sobre a necessidade de tomar uma posição mais clara sobre o assunto, como num documento anônimo de março de 1966:

setores da O. pedem um documento da DN, que exponha com clareza o significado político do foco na atual fase da revolução brasileira. Qual a sua influência sobre o movimento de massas? As condições organizatórias internas acompanham o ritmo de preparação do foco? (...) Afinal, encaramos seriamente a possibilidade de um foco no curto prazo, ou é somente um ponto do MP que realizaremos se a ‘correlação de forças’ nos for favorável?⁴²

Hoje sabemos que apesar das tentativas da direção nacional de retomar a unidade, a POLOP caminhava para um “racha” e as divergências sobre a luta armada eram pontos agudos de um desgaste que envolvia alguns outros elementos muito sérios.

O foco catalisador

Em abril de 1966 a direção nacional da organização apresentou sua primeira intervenção mais forte no debate sobre os caminhos da luta revolucionária no Brasil após 1964, as “Teses de Tiradentes”. Embora curto (são dez “teses” de um parágrafo cada), era um pronunciamento do grupo dirigente da POLOP a respeito de um tema que, como acabamos de ver, vinha proporcionando a formação de tendências internas que apontavam para direções distintas. Os primeiros parágrafos-teses analisam a vitória do golpe e a instalação da “ditadura militar” como decorrências da “ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o

⁴¹ Idem, p. 6.

⁴² Crítica à O. UNESP/CEDEM, março de 1966. O título e a data foram acrescentados à mão no cabeçalho do documento datilografado. A sigla MP refere-se ao *Manifesto-Programa*.

campesinato e as camadas radicalizadas da pequena-burguesia". Por conseguinte, a formação dessa classe independente, que exigiria romper "*definitivamente com as tradições nacional-reformistas*", continuava a ser a "*tarefa fundamental de qualquer movimento revolucionário consequente*".⁴³ Mas "*o proletariado dificilmente dará esse passo sozinho, de forma própria*", isto é, sem a atuação do partido revolucionário, cuja construção continuava a ser prioridade.⁴⁴

Até aqui eram apenas reiteraões de postulados que a POLOP sustentava desde sua origem, com pequenas atualizações. Frustrada a expectativa de eleições presidenciais em 1965, outorgados os primeiros Atos Institucionais e confirmado o progressivo endurecimento político, era preciso rever a caracterização do regime, agora denominado *ditadura militar*. Outra atualização era a indicação de alianças potenciais com as dissidências que surgiam do PCB e com a AP, agora reconhecidas como parte do campo marxista revolucionário no Brasil. Entretanto, a oitava "tese" trouxe algo que, como posição oficial da direção, era novo. Observando que a luta pela construção do partido tinha o caráter de luta ideológica e alcançava apenas segmentos muito limitados da esquerda e da classe, a tese propunha um roteiro para "*despertar a classe para a ação revolucionária*" mediante o "*exemplo da luta aberta contra a ditadura*":

Uma das formas de ação que se impõem no nosso país e que, conforme as circunstâncias, pode se tornar a predominante, é a luta de guerrilha. Depois do golpe militar e o esgotamento das possibilidades de atuação política legal por parte do proletariado e dos seus aliados no campo, a guerrilha, quando enquadrada numa estratégia geral de luta revolucionária, tornar-se-á o catalizador [sic] da classe operária e o instrumento prático da aliança operário-camponesa no país.⁴⁵

É talvez a primeira enunciação de uma concepção que se manteria por algum tempo nas formulações da POLOP: a guerrilha teria um papel a cumprir ("catalizador" do proletariado e operador prático de sua aliança com os trabalhadores do campo) desde que enquadrada numa estratégia revolucionária geral. Nesta condição, e a depender de circunstâncias, poderia até se tornar forma de ação predominante. Vinha junto a advertência de que a guerrilha "*por si só não faz milagre – como frequentemente se está inclinado a acreditar*". Sua eficiência dependeria de que conseguisse garantir sua sobrevivência militar, o que só seria possível se ela atendesse as aspirações imediatas do movimento camponês. E sua efetividade em "escala nacional" dependeria ainda de que conseguisse se identificar "*politicamente com o movimento proletário das cidades, cujo despertar é indispensável para o processo revolucionário*." Sua função, portanto, seria "*eminentemente política: a de conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de liderança das massas exploradas do país*."⁴⁶ A estratégia insurrecional da POLOP não era abandonada ou relativizada com a incorporação da guerrilha como uma das formas de ação, mas o papel atribuído ao foco era, de certo modo, original.

⁴³ Teses de Tiradentes. UNESP/CEDEM, 1965, p.1.

⁴⁴ Idem, p.1.

⁴⁵ Idem, p. 2.

⁴⁶ Idem, p. 2.

Com as *Teses* a direção da POLOP indicava um caminho difícil de compatibilizar com a linha proposta no texto “Nossas tarefas diante do movimento de massas”, que examinamos acima. Ao contrário de dar prioridade à luta pela restauração da democracia, a opção pela guerrilha como forma de ação não deveria ser revista nem mesmo em face de uma eventual “redemocratização” pois naquela conjuntura “qualquer espécie de redemocratização só pode ser transitória e precária, que dará lugar a investidas reacionárias mais violentas se o proletariado não destruir as bases sociais dos golpes militares e fascistas”.⁴⁷

De acordo com Sader as *Teses de Tiradentes* foram aprovadas num pleno (reunião entre a direção nacional e as direções regionais da POLOP), o mesmo em que Érico Sachs apresentou a primeira parte do seu *Aonde Vamos?*.⁴⁸ Este é um documento de maior fôlego, bem mais extenso (foram ao todo trinta e seis páginas organizadas em quatro partes aparecidas entre abril de 1966 e agosto de 1967) e metucioso na fundamentação teórica. Seu fio argumentativo, no entanto, orientava-se pela mesma rota apontada pelas *Teses* desde a análise do golpe e do papel até então desempenhado pelo movimento de massas e sua direção reformista, o estudo das condições da luta de classes na ditadura militar e do conceito de governo de transição até a proposta de ações em que estava incluído o foco guerrilheiro. As *Teses* e o *Aonde Vamos?* expressam o posicionamento do grupo dirigente da POLOP entre 1966 e 67 sobre as polêmicas abertas no interior da organização, inclusive a luta armada.

O conteúdo do *Aonde Vamos?* confirma a preocupação da direção com a luta interna. Cada uma de suas partes contém alusões, ora explícitas ora veladas, às posições defendidas pelos segmentos que vinham apresentando divergências com a direção desde o golpe.⁴⁹ Em suas linhas a direção defendia o foco guerrilheiro como forma de luta e criticava os “reformistas” que eram “contra a preparação política de luta armada no seio do proletariado e dos seus aliados e (...) sob os mais diversos pretextos, contra a guerra de guerrilha”.⁵⁰

Outra vez, ao falar de guerrilha, a direção da POLOP, através de Érico Sachs, cerca-se de cautela contra as interpretações mecânicas ou apressadas, tendentes a repetir modelos (o chinês ou o cubano) ou a isolar o meio de luta de suas finalidades estratégicas. A opção pela guerrilha, um meio de luta, não seria consistente sem seu enquadramento numa estratégia revolucionária adequada, inclusive porque existem facções reformistas e pequeno-burguesas que também apoiam a luta armada mas limitam seu alcance a “objetivos reformistas, como a ‘redemocratização’ e a ‘soberania’ do país”.⁵¹ O texto se ocupa de demonstrar que as significativas diferenças entre os processos na China e em Cuba não decorriam somente de escolhas táticas ou militares, mas foram concebidas e levadas a cabo a partir do conhecimento aprofundado das condições históricas da luta de classes em cada país.

⁴⁷ Idem, p. 3.

⁴⁸ Cf. VILLA, Para um balanço da P.O. op. cit. p. 14.

⁴⁹ Analisei este documento sob outros ângulos em COELHO, Eurelino. Resistência fora do eixo. A POLOP e a luta contra a ditadura. In: BATISTA, Alexandre Blankl et. al. (orgs.) *Estado, Poder e Revoluções: reflexões em um mundo em crise*. Porto Alegre, FCM, 2019.

⁵⁰ *Aonde Vamos?* Parte IV. UNESP/CEDEM, p. 1.

⁵¹ Idem, p. 1.

Feitas as ressalvas, o texto muda de tom. Ao lado da perspectiva crítica e analítica, que não é abandonada até o final, assume também uma linguagem propositiva, mobilizada para expressar convicções no plano do dever-ser. Os verbos saem do passado para o presente, o estudo da guerrilha desliza, a cada momento, para sinalizações sobre o *como fazer* e o projeto de guerrilha do autor do documento vai ganhando forma. A certa altura a descrição de como se organizou inicialmente a guerrilha cubana é feita de tal modo que quase pode ser lida como uma indicação de como iniciar a organização de grupos guerrilheiros:

O que caracteriza esta forma de guerra de guerrilha é o fato dela ser trazida da cidade para o campo. São quadros políticos com treino militar oriundos em sua maior parte da cidade – estudantes, operários e revolucionários profissionais – que se deslocam para a serra. Nesta primeira fase a participação de quadros camponeses geralmente é mínima – ou não existente.⁵²

A preocupação inicial de um destacamento empenhado neste projeto tinha de ser a preparação *política* da guerrilha, algo que costuma ser confundido com “*preparação política local*”. Ao contrário, “preparar politicamente significa antes de tudo preparar as classes exploradas para a necessidade da luta armada contra o regime”. Insistir no trabalho político local “*como ‘condição prévia’ para uma luta de guerrilha, evidentemente, não se baseia em experiência histórica e, frequentemente, não passa de pretexto para adiar a ação de guerrilha para o dia do juízo final*”.⁵³ Tampouco se justifica aguardar até que aconteça um ascenso do movimento de massas para só então pôr em ação o foco, como provam as experiências de Cuba e China onde as atividades guerrilheiras foram iniciadas em fase de descenso. Esta posição não passaria de um “antiguerrilherismo envergonhado”.⁵⁴

Um problema especialmente delicado na POLOP era sobre a superposição entre os papéis a serem cumpridos pela guerrilha e pelo partido revolucionário. Sachs se refere a duas correntes que assumiam polos antagônicos sobre a questão: de um lado os que entendem que “*para o desencadeamento da guerra de guerrilha é necessária a prévia formação de um partido político revolucionário*”. De outro os que acreditam que “*nas condições particulares da América Latina, é a ação armada da guerrilha que dará lugar ao surgimento de novos partidos revolucionários*”. Para ele, no entanto, a solução do problema requer outra abordagem. O “*papel político, que atribuímos à guerrilha na luta de classes*” pressupõe a vigência, no interior do foco, de “*concepções políticas definidas e com objetivos políticos claramente delimitados que possam mobilizar as massas exploradas do país numa luta em escala nacional*”. Ora, não se pode atingir esta condição sem o trabalho de uma vanguarda política, responsável pelo esclarecimento teórico da militância, e a “*forma ideal que essa vanguarda pode tomar é a do partido revolucionário*”. O problema é que certas condições podem “dificultar ou atrasar a formação desse partido” e é “*justamente o*

⁵² Idem, p. 4.

⁵³ Idem, p. 5.

⁵⁴ Idem, p. 6

surgimento de um foco armado com uma posição política (...) que pode acelerar a formação do partido.”⁵⁵

Assumir a guerrilha como forma de luta não alterava os contornos da estratégia da POLOP, ou ao menos era o que pensava Érico Sachs. Ele recapitula os fundamentos da concepção de revolução que a POLOP desenvolvia desde sua origem: caráter socialista da luta contra os inseparáveis aliados que eram o imperialismo, o latifúndio e a burguesia; luta que teria no Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo um momento estratégico inicial (governo de transição); mobilização e ação independente do operariado como elemento decisivo para constituição e direção da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo e, portanto, formação desse proletariado como classe independente como “*tarefa cardeal de qualquer movimento revolucionário consequente*”. É com bases nessas premissas que ele entende que se deve

enquadrar o problema da guerrilha no quadro geral da luta de classes no país. A guerrilha não pode substituir a luta de classes. Tem de fomentá-la, aguçá-la, tem de polarizar as forças existentes. Tem de repercutir, consequentemente, sobre o comportamento e a atuação dessa classe que consideramos a mais consequente (...) destinada a alterar as relações de forças sociais. Se nós consideramos que essa classe mais consequente no processo revolucionário do país é o proletariado, isso determina as condições concretas para o desenrolar da luta de guerrilha.⁵⁶

Embora a revolução passe pelo campo, a “*iniciativa política e a decisão final dos grandes problemas nacionais*” estão nas mãos das classes urbanas. O proletariado “*só pode vencer em aliança com o potencial revolucionário do campo. Isso em si já justifica a guerrilha*”,⁵⁷ que realizará, em miniatura, a aliança operário-camponesa. Mas não é possível vencer sem uma correta compreensão da dinâmica das classes na sociedade, o que significa saber que, desde o início, a guerrilha terá de “*apelar para o proletariado das cidades*”, para a sua “*consciência de classe*”, para seus “*métodos tradicionais*” de luta “*a fim de prepará-lo para os métodos revolucionários*”.⁵⁸

O *Aonde Vamos?* é o ponto máximo de elaboração da direção da POLOP sobre o problema da luta armada. No documento programático mais importante da POLOP, o *Programa Socialista para o Brasil*, aprovado no IV Congresso da organização em setembro de 1967, os parágrafos que tratam da guerrilha são extraídos do *Aonde Vamos?* Mas as teses de Sachs e seus companheiros dirigentes estavam longe de serem consensuais. No IV Congresso quase a metade dos delegados votou contra a direção e nos meses seguintes as dissidências dariam origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a partir de São Paulo, e aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA) originalmente nucleados em Minas Gerais. Em ambos os casos a divergência com a direção resultava do que eles consideravam como vacilação desta última diante da urgência da luta armada, como vimos no documento

⁵⁵ Idem, p. 6.

⁵⁶ Idem, p. 7.

⁵⁷ Idem, p. 7.

⁵⁸ Idem, p. 8.

citado no início deste artigo.⁵⁹ Nos meses que antecederam o congresso, entretanto, a posição de alguns que se tornariam dissidentes a respeito da guerrilha era completamente diferente.

Contra o foquismo e o foco

Vinham de Minas Gerais, e se aprofundavam desde 1965, as mais sérias contestações à linha política da direção da POLOP. Tornaram-se mais intensas já a partir da divergência quanto à política a adotar a respeito da ameaça de não serem empossados os governadores eleitos em outubro daquele ano, inclusive os de Minas Gerais e da Guanabara que eram identificados como opositores ao golpe e ao regime militar. Os pessedistas Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas, derrotaram candidatos que eram apoiadores entusiastas dos militares (respectivamente Flexa Ribeiro e Roberto Resende, ambos da UDN). A POLOP havia defendido o voto nulo, mas agora a direção nacional indicava a necessidade de lutar pela posse dos eleitos, o que era contestado de modo veemente pelo grupo dirigente da organização em Minas.⁶⁰ A divergência se acirrou pouco depois, quando o Secretariado Regional de Minas lançou sua proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana, uma palavra de ordem que deveria ser assumida como centro tático na luta contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo, apresentava sérias objeções ao encaminhamento do problema da luta armada tal como vinha sendo feito pela direção. A polêmica, travada em tons muito ásperos, se estendeu por vários meses e chegou até as vésperas do IV Congresso.

No período de discussão interna que antecedeu o congresso, três militantes de Minas assinaram o documento “A tendência e o caminho da revolução”, apresentado como texto básico que, se aprovado, fixaria diretrizes programáticas para a POLOP distintas daquelas que foram elaboradas pela direção nacional. Nele se pode ler uma análise do capitalismo brasileiro em que estão presentes elementos embrionários do que seria pouco depois a Teoria da Dependência. Sobre a luta armada, ela é reconhecida como uma necessidade inescapável na luta do proletariado contra “o imperialismo e seus aliados”, pois a *“passagem pacífica para o socialismo permanecerá uma utopia defendida pelos revisionistas modernos (...). Só através da violência é que o proletariado conseguirá deter o avanço da violência de seus inimigos”*.⁶¹

As diferenças com a direção começam a respeito da expectativa de quando poderia ocorrer a deflagração da luta armada. Os autores mineiros entendiam que *“até que a luta armada possa se transformar numa realidade o proletariado terá que percorrer um longo caminho”* de preparação durante o qual a luta *“se manifesta ainda sob a forma pacífica de movimento de massas”*. Esta fase requereria já o *“trabalho clandestino de preparação para a etapa seguinte da luta, tendo em vista a formação*

⁵⁹ Cf. nota 11, supra.

⁶⁰ A luta pela posse dos eleitos aparece nos números 3 e 4, ambos de novembro de 1965, do *Informe Nacional* (UNESP/CEDEM). A crítica do Secretariado Regional de Minas é exposta no documento *A posse dos eleitos* (UNESP/CEDEM, 1965)

⁶¹ NAVARRO, Joaquim, FERREIRA, Fernando e SEABRA, Tania. A tendência e o caminho da revolução. UNESP/CEDEM, p. 7. Os signatários usam, muito provavelmente, nomes falsos.

do germe de um futuro exército popular”.⁶² Nas cidades, “dispositivos paramilitares” deveriam ser preparados para enfrentar a repressão e eles criariam “bases organizativas e fornecerão a experiência” para quadros que vierem a iniciar a luta armada. É dessa “luta semi-armada” nas cidades que sairiam os “quadros capazes de levar um mínimo de conhecimento para o campo, onde se estruturará a luta armada propriamente dita”.⁶³ Mas a luta armada no campo exigiria ainda um esforço de paciente preparação, exatamente aquele que o Aonde Vamos? criticava: o trabalho político local. A vanguarda deslocada para a zona rural teria como tarefa inicial “estabelecer o contato necessário com o movimento camponês”, estudar suas condições de vida e estabelecer vínculos com suas lideranças “formando politicamente os quadros camponeses.” Após isso é que “a vanguarda conseguirá preparar os primeiros núcleos capazes de dar início à luta armada”.⁶⁴

A luta armada revolucionária teria a forma de uma “guerra popular” com participação da grande maioria da população, uma “rebelião das massas”. De modo algum poderia ser confundida com um “movimento conspirativo de um grupo, de vários grupos, de uma frente ou de uma classe. É o povo em armas sob a liderança do proletariado”.⁶⁵ Pensada como um conflito de longa duração e protagonizado por um “exército popular”, não é o mesmo que a “insurreição de massas” concebida pela direção da POLOP como momento crucial da tomada do poder. Mas a guerra popular teria de ser precedida de uma fase em que somente uma minoria se envolveria com as ações armadas, a “fase em que se inicia a luta de guerrilhas”. E mesmo esta fase “para ter êxito terá de se apoiar na população civil da região onde atua”. Afirmando aquilo mesmo que Érico Sachs denunciava como sendo “antiguerrilheirismo envergonhado” o documento definia como critério para a eclosão da guerrilha “o aguçamento das contradições locais e a preparação política da grande maioria da população regional”.⁶⁶ Nada de foco com funções “catalisadoras” e, por outro lado, nenhuma dúvida quanto à necessidade de uma vanguarda estruturada “organicamente”, na forma de partido, como condição prévia indispensável: “somente quando [o proletariado] conta com esta vanguarda tem condições de saltar para a etapa da luta armada, que é a continuação da luta política”.⁶⁷

Os conflitos com a direção nacional ficariam ainda mais sérios pouco depois, quando outro militante de Minas Gerais saiu em defesa da tese dos mineiros frente às críticas lançadas pelo Aonde Vamos? e por outros documentos assinados pelos dirigentes nacionais. Escrevendo com o pseudônimo de Ferdinando Machado o autor não poupa munição contra a direção e ajusta sua mira no *Projeto de Programa Socialista para o Brasil*, submetido à discussão interna preparatória do congresso: “A proposta de se partir, agora, para a instalação de um foco insurrecional, visando unificar a esquerda revolucionária e ‘potencializar’ a voz da ‘vanguarda’ (...) é de um subjetivismo sem conta”. Seria um raciocínio voluntarista “dos companheiros da direção, que reduzem a realidade aos seus desejos de verem a POLOP dirigindo a

⁶² Idem, p. 7.

⁶³ Idem, p. 11.

⁶⁴ Idem, p. 12.

⁶⁵ Idem, p. 12.

⁶⁶ Idem, p. 13.

⁶⁷ Idem, p. 8.

Revolução Socialista no Brasil”.⁶⁸ As funções políticas que a direção atribui ao foco seriam uma miragem: “os companheiros desejam ter a voz potencializada, desejam unificar a esquerda revolucionária, desejam mobilizar as massas e, para tanto, inventaram um artifício: o foco. Isto é que é um raciocínio linear e simplório.”⁶⁹

Machado não nega a guerrilha como forma de luta, mas recusa frontalmente a concepção foquista da luta guerrilheira que ele identifica com a perspectiva da direção:

Consideramos que a guerrilha deva ser a forma fundamental sobre a qual se apoiarão as forças revolucionárias de todo o continente. Entretanto, o papel atual dos revolucionários brasileiros não é o de partir para aventuras foquistas, mas de estruturar as bases sobre as quais se apoiará a guerrilha. Bases que (...) têm como principal sustentáculo o partido revolucionário do proletariado que, por sua vez, se sustenta nas massas. (...) Consideramos necessário unificar a esquerda revolucionária, potencializar sua voz e mobilizar as massas. Mas não através do ‘terror excitante’ e sim de uma ação política consequente junto às massas, tendo-se em mira a organização do partido revolucionário dos trabalhadores.⁷⁰

A linha política da direção é atacada por seu “*temor supersticioso de levar o proletariado a ultrapassar a fase da luta meramente econômica*”. Recusando a luta política pelas liberdades democráticas, que Machado e o grupo de Minas consideram central naquela conjuntura, a direção assumiria uma posição “economicista”:

Embora não diga abertamente, na prática defende a tese de que a luta política legal é coisa de burguês e de pequeno-burguês. Ao proletariado cabe apenas – segundo eles – lutar por suas reivindicações específicas, isto é, profissionais, ou seja, econômicas, e que só deve participar da política como ‘revolucionários’, isto é, no momento de assaltar o poder.⁷¹

Incapaz de entender a importância da luta política, a direção repetiria os erros dos “economicistas” criticados por Lenin, citado várias vezes no texto. Desarmada no plano político por sua concepção economicista, à direção restaria o apelo utópico ao foco, desprovido de qualquer respaldo em análises concretas das situações concretas da luta de classes no Brasil.

Os relatos conhecidos indicam que, quando chegou o IV Congresso, a oposição à direção era composta majoritariamente por defensores das resoluções da Conferência da OLAS e da aceleração da imersão na luta armada, ou seja, teses opostas às que foram esgrimidas pelos militantes mineiros nos documentos que acabamos de examinar. Teriam aqueles militantes mudado radicalmente sua posição em pouquíssimo tempo? Nossa pesquisa ainda não respondeu a essa pergunta, mas temos fortes indícios de que alguns dentre os quadros mineiros que travaram a luta

⁶⁸ MACHADO, Ferdinando. Do economismo teórico ao foquismo prático. 1966, UNESP/CEDEM, p. 2.

⁶⁹ Idem, p. 3.

⁷⁰ Idem, p. 4.

⁷¹ Idem, p. 8.

contra a direção mantiveram e até aprofundaram sua negação ao foquismo nos anos seguintes.

Vania Bambirra foi uma das referências da POLOP em Minas Gerais até que se exilou no Chile, em 1966. Segundo Fernando Prado, afastou-se na mesma época da POLOP em razão de divergências a respeito da luta armada,⁷² mas ele não esclarece quais foram essas divergências. Mais de uma vez, rememorando sua trajetória, ela fez referência ao entusiasmo que compartilhou com muitos de seus companheiros a respeito da Revolução Cubana e narrou, sem esconder a emoção, seu encontro pessoal com o Che em Havana, em 1963, numa visita em que representou a POLOP.⁷³ Quanto à teoria do foco, no entanto, suas divergências eram profundas e foram tornadas públicas poucos meses após sua chegada ao Chile, quando era bem recente sua saída da POLOP.

Em dezembro de 1967, sob o pseudônimo Cléa Silva, Bambirra publicou na *Monthly Review*, uma influente revista norte-americana editada por Leo Huberman e Paul Sweezy, seu artigo *Los errores de la teoría del foco*, que já antecipa no título o conteúdo de seu argumento. Uma versão reduzida do artigo foi publicada pouco depois numa coletânea sobre a obra de Régis Debray, *Revolução na Revolução*, livro que havia se tornado uma espécie de *best seller* de esquerda ao fazer a justificativa teórica e a defesa política do foco guerrilheiro como estratégia revolucionária para a América Latina. Sua crítica contém muitos pontos de continuidade com a negação do foquismo feita a partir de 1966 pelos textos de militantes mineiros que mencionamos acima.⁷⁴

Começa por negar “o conceito de subordinação do partido à força guerrilheira, ou seja, do político ao militar”, central no argumento de Debray. Para refutá-lo ela lembra que na Venezuela, onde o Partido Comunista optou pela luta armada, isso não impediu que ele se tornasse reformista e também que em Cuba lideranças como Raúl Castro, o Che ou Camilo Cienfuegos não foram formados na “luta por si só”: “*eram já revolucionários, produtos de uma luta ideológica que, para o bem ou para o mal, já estava em processo na América Latina*”⁷⁵. A guerra nem mesmo é suficiente para gerar unidade política entre as forças revolucionárias: “*O que realmente unifica não é a guerra, mas seus objetivos, a habilidade da vanguarda para servir como centro coordenador*” o que requer que “*a vanguarda seja uma força organizada, disciplinada e coerente; em outras palavras, de que seja um partido.*”⁷⁶ Em síntese,

para iniciar uma confrontação direta com as forças repressivas, isto é, para empreender uma insurreição armada, é necessário, primeiro, contar com uma organização mínima que funcione com as características de um partido. Talvez no princípio não seja um partido em toda a extensão da

⁷² Cf. PRADO, Fernando Correa. Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano. *Rebela*, v.1, n.1, jun. 2011, p. 155.

⁷³ BAMBIRRA, *Memorial*. Brasília, UnB, 1961 (mimeo).

⁷⁴ SILVA, Clea. Los errores de la teoría del foco. In: Huberman, L. et al. *Debray y la revolución latinoamericana*. C. do México, Editorial Nuestro Tiempo, 1969. Tradução livre em todos os fragmentos citados.

⁷⁵ Idem, p. 27.

⁷⁶ Idem, p. 27.

palavra; talvez nem sequer se chame “partido”, mas não basta o heroísmo, como no caso do grupo do Granma.⁷⁷

Ela duvida da possibilidade de que “*um foco localizado em área rural – mesmo que conte com estação de rádio – possa dirigir, coordenar e comandar uma ação revolucionária generalizada.*” A experiência cubana, a este respeito, “não se repetirá”.⁷⁸

Segundo Bambirra, o “*mais sério e perigoso dos erros de Debray é sua proposição de liquidar, de uma vez por todas, o papel da teoria revolucionária.*” Sua “*apologia romântica da força guerrilheira*” conduziria a uma das conclusões mais “perigosas” de seu livro, que ela cita textualmente: “*O melhor professor de marxismo-leninismo é o inimigo, num confronto cara a cara.*” Para Debray “*a luta significa ter o fuzil na mão, pois ele não se refere à luta política ou ideológica.*” Ora, para um marxista a questão se põe de modo inverso. Diferentemente das revoluções burguesas e por motivos que ela expõe no texto, no caso das revoluções socialistas “*existe luta revolucionária somente quando se sabe contra quem, como e em que momento se tem de lutar.*”⁷⁹ E as revoluções na América Latina, o próprio Debray reconhece, tem caráter socialista.

Outro equívoco de Debray seria tomar como regra geral a “*subordinação da cidade ao campo*”, uma consequência da prioridade que ele atribui ao foco rural. Para Bambirra, se nos países em que o setor econômico fundamental é rural este deve ser o terreno prioritário de luta, em países com maior desenvolvimento industrial e urbano “*como a Argentina, se a direção se estabelecesse no campo se exporia a um isolamento que nem a estação de rádio poderia remediar.*”⁸⁰ Em países como Brasil e Argentina o sistema capitalista até “*pode coexistir com uma insurreição localizada no campo (...)* mas não tolerará nem se renderá ante os ataques do movimento revolucionário a seus centros produtivos, isto é, a suas indústrias urbanas”.⁸¹

Vânia Bambirra continuará por mais alguns anos interessada nos problemas de estratégia e tática revolucionária.⁸² Teremos de deixar para outra ocasião o estudo de sua contribuição sobre esses temas. Já temos o que buscávamos: esta militante mineira da POLOP dava continuidade, em 1967, a algumas das principais posições sobre luta armada sustentadas a partir do SR de Minas na luta interna iniciada dois anos antes.

* * *

⁷⁷ Idem, p. 28.

⁷⁸ Idem, p. 28. Contra as interpretações da história da revolução cubana em perspectiva “foquista” Vania Bambirra viria a publicar em 1974 (o texto é de 1973 mas o golpe de Pinochet impediu que fosse publicado então) seu livro *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. C. do México, Editorial Nuestro Tiempo, 1974.

⁷⁹ SILVA, Clea. Los errores... op. Cit., p. 31.

⁸⁰ Idem, p. 30.

⁸¹ Idem, p. 32-3.

⁸² BAMBIRRA, Vania (org.). *Diez Años de Insurrección en América Latina*. Santiago, Prensa Latinoamericana, 1971 (2 vol.); BAMBIRRA, Vania *La teoría del socialismo en los clásicos: Karl Marx, Federico Engels y Vladimir Ilich Lenin*. Tese de doutorado em Economia. Universidad Nacional Autónoma de México, 1988.

A conclusão: a inclusão do foco guerrilheiro na teoria revolucionária da POLOP não foi somente a história da tentativa de uma conciliação política ou uma mescla teórica. Ela envolveu também um sério conflito que se desdobrou como luta interna, pois vimos que o foco era bancado pelos setores próximos à direção da POLOP mas era duramente combatido por outros grupos, particularmente em Minas Gerais. Antes do IV Congresso, a posição contrária ao foco estava posta e disputava a direção da organização, embora permaneça até hoje praticamente invisível na historiografia sobre a POLOP.

O fragmento de história que acabamos de recuperar mostra que a pequena POLOP trazia em seu interior amostras da extensão e da complexidade da polêmica sobre luta armada que polarizou a esquerda no Brasil e em várias partes do mundo nos anos 60. Estavam lá os que propunham o foco guerrilheiro como tática (*foco catalisador*), os que acharam insuficiente e hesitante aquela proposta e exigiam ações mais imediatas e os que questionavam a validade do foco como concepção da luta armada ou sua aplicabilidade como tática na conjuntura dada. Só tratamos aqui com representantes do primeiro e do terceiro grupo, o suficiente para vislumbrar a diversidade de posições e as tensões entre elas.

A direção da POLOP teve maioria apertada no IV Congresso e conseguiu aprovar o *Programa Socialista para o Brasil*, que incorporava a tese do *foco catalisador*. Já no ano seguinte Érico Sachs publicava uma extensa e dura crítica ao *Revolução na Revolução* de Debray na qual aparecem vários argumentos semelhantes aos de Vania Bambirra.⁸³ Pouco tempo depois, em 1970, ele vai ainda mais longe num balanço negativo sobre a opção pela luta armada feita pela maioria das organizações de esquerda do Brasil nos anos anteriores.⁸⁴ A POLOP, bastante modificada, menor e com outro nome se tornaria, a partir de então, crítica aberta das tentativas guerrilheiras no Brasil e redefiniria seus objetivos para o trabalho direto com a classe operária urbana.⁸⁵

Artigo recebido em 31.8.2019

Aprovado em 25.10.2019

⁸³ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). “Luta armada e luta de classes”. *Marxismo Militante*, I, 1, 1968.

⁸⁴ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). “Caminho e Caráter da Revolução Brasileira”. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

⁸⁵ Após a experiência de construção do POC (Partido Operário Comunista) foi construída a Organização Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO) em 1970. Cf. COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEJA, Rubén (orgs.). *Trabalhadores e Ditaduras. Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.